

**PRÁXIS E PEDAGOGIA SOCIALISTA:
A EXPERIÊNCIA DA ESCOLA NACIONAL FLORESTAN FERNANDES**

Pedro Claesen Dutra Silva - Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará (UFC).

RESUMO

No artigo estabeleceremos um diálogo com pensadores que trouxeram para o centro de suas reflexões a *práxis* e posteriormente demonstraremos a centralidade dessa categoria para os processos político-pedagógicos vinculados e comprometidos com a transformação social. Nessa direção, refletiremos sobre a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), pois compreendemos que essa experiência concreta de autoformação das classes subalternas se articula com um rico processo de aprofundamento e contextualização da teoria marxista. Ao mesmo tempo, afirmamos a necessidade em se forjar uma *práxis* transformadora e um processo permanente e dialético entre a atividade educativa e o engajamento dos sujeitos sociais na luta pela construção de uma hegemonia de novo tipo.

Palavras – chave: Práxis, Pedagogia Socialista e Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF).

Introdução

Para muitos pode parecer entranho, ou mesmo uma perda de tempo, refletirmos sobre o conceito de *práxis*, ainda mais se afirmarmos que essa categoria possui uma importância singular, e se quisermos central, para a compreensão da teoria marxista¹. Como se sabe, “a importância do conceito de *práxis* não chegou a ser realmente reconhecida pela maioria dos teóricos socialistas” (KONDER, 1992: 124). Mas o porquê disso? Poderíamos atribuir essa não consideração a dois grandes mal-entendidos.

Um deles, está relacionado a uma questão que sempre causou inúmeras

¹Mesmo que não seja um dos objetivos do texto nos contrapomos diretamente as teses que consideram ser uma “tarefa inglória” trazer para o centro do debate a categoria da *práxis*, é importante explicitarmos, mesmo que sucintamente, os argumentos que fundamentam tão posição: “Ao contrário do que afirmam alguns marxistas, não me parece que Marx tenha criado ou utilizado uma categoria específica que seria representada pela palavra *Praxis*. A tão comentada categoria de *práxis* como categoria central do marxismo não existe na obra de Marx” (DUARTE, 2007: 111-112).

confusões e controvérsias ao longo da história do pensamento marxista, no caso, a associação quase que mecânica de *práxis* à prática. Este argumento se sustenta a partir da afirmação de que a palavra *práxis* em alemão (idioma de Marx) possui o mesmo sentido de prática. O mais grave de tudo isso, é que as implicações dessa leitura (na qual discordamos) implicou (e continua implicando) em desdobramentos que extrapolam o campo das ideias, ou o terreno eminentemente epistemológico, mas vêm influenciando a própria ação política de organizações da classe trabalhadora, que a partir da identidade entre *práxis* e prática, passaram a secundarizar a importância da teoria revolucionária, através de um *mergulho pragmático da ação política*, nas palavras de Leandro Konder.

O outro mal-entendido, não menos preocupante, foi (e continua sendo), o de reduzir o conceito de *práxis* ao trabalho. Essa compreensão atinge consideravelmente os estudos e pesquisas marxistas nas universidades brasileiras, com um destaque especial, à área da educação que atribui à categoria trabalho uma quase exclusividade no entendimento das contradições capitalistas no campo educacional.

Na contra-mão dos entendimentos acima expostos, concordamos com Netto e Braz (2007) quando afirmam categoricamente que:

O trabalho é constitutivo do ser social, mas o ser social não se reduz ou esgota no trabalho. Quanto mais se desenvolve o ser social, mais as suas objetivações transcendem o espaço ligado *diretamente* ao trabalho. No ser social desenvolvido, verificamos a existência de *esferas de objetivação* que se autonomizam das exigências imediatas do trabalho – a ciência, a filosofia, a arte etc (...) Para denotar que o ser social é mais que trabalho, para assinalar que ele cria objetivações que transcendem o universo do trabalho, existe uma categoria teórica mais abrangente: a categoria da **práxis**. A práxis envolve o trabalho, que na verdade, é o seu modelo – mas inclui muito mais que ele: inclui todas as objetivações humanas (Netto; Braz, 2007: 43).

Com este raciocínio, podemos afirmar com toda a tranquilidade que a *práxis* é a categoria teórica que mais nos ajuda a compreender o conjunto das objetivações humanas em sua totalidade. Essa afirmativa, em nenhum momento, desconsidera o trabalho enquanto objetivação fundante do ser social.

De Aristóteles à Marx: breves considerações

Mesmo não sendo o primeiro a se utilizar do conceito de *práxis*, podemos afirmar que é com Aristóteles que essa palavra ganha um estatuto filosófico, mesmo não possuindo no pensador grego um sentido muito preciso e rigoroso.

Para os gregos, a *práxis*, junto com a *theoria* e a *poiesis*, conformavam as três atividades básicas do homem. Em resumo, à *práxis* eram atribuídas funções relacionadas às atividades éticas e políticas, enquanto a *poiesis* destinava-se às ações no campo da produção material. Compreendendo os limites dos conhecimentos da *práxis* e da *poiesis*, Aristóteles desenvolve o conceito de *theoria*, cujo objetivo era a busca da verdade, orientando dessa maneira, tanto o processo de produção material (*poiesis*) como imaterial (*práxis*) da existência humana.

O que nos interessa nessa breve recapitulação é compreender, a partir do caminho aberto pelos gregos, como a *práxis* é apreendida pelo materialismo histórico e dialético. Diferente de uma simples associação à prática ou de uma intencionalidade ética e política, nessa nova apropriação a categoria *práxis* recebe um tratamento mais abrangente.

“A *práxis* na sua essência e universalidade é a revelação do segredo do homem como ser ontocriativo, como ser que cria a realidade (humano-social) e que, portanto, compreende a realidade (humana e não-humana, a realidade na sua totalidade). A *práxis* do homem não é atividade prática contraposta à teoria; é determinação da existência humana como elaboração da realidade” (Kosik, 1976: 222).

A *práxis*, que nasce como resposta filosófica às questões fundantes da vida humana, como: *quem é o homem, o que é a sociedade humano-social, e como é criada esta sociedade?* (KONDER, 1992: 221), desde sua origem tem como horizonte o processo de autoreconhecimento do ser humano e a busca pela liberdade. Porém, em determinadas condições sócio-históricas, a *práxis* se torna alienadora, como na sociedade capitalista em que “o objeto que o trabalho produz, o seu produto, se lhe defronta como um ser estranho, como um poder independente do produtor”².

Com o avanço do desenvolvimento da sociedade capitalista, as formas contemplativas e escolásticas de pensar a realidade são questionadas por uma visão de mundo ativa e pragmática. Mas, essa nova postura diante da vida, na lógica burguesa, era uma tarefa histórica reservada a poucos, aos representantes das classes proprietárias. A perspectiva da economia política inglesa, por exemplo, exaltava a centralidade do trabalho de maneira restritiva, o que não poderia ser diferente. A passagem abaixo sintetiza bem esse momento:

“Nos horizontes burgueses da cultura liberal, era impossível realizar a

² Ver em “Trabalho produtivo e trabalho improdutivo” (MARX, Karl. O capital). São Paulo: Expressão Popular, 2005. In: A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels / Ricardo Antunes (org.).

síntese dos dois movimentos [a relação dialética entre *práxis* e *poiesis*]. A ideologia dominante implicava que a *práxis*, como exercício consciente e responsável da cidadania, só podia ser privilégio de uma elite bem preparada, integrada por homens empreendedores (os empresários) (...). As pobres pessoas atreladas à dura disciplina do trabalho produtivo, subordinadas a seus patrões, iletradas (...) não tinham condições para fazer opções maduras, expressando uma vontade própria” (Konder, 1992: 103).

De encontro a este raciocínio, emerge uma visão de mundo radicalmente nova. Podemos dizer, sem medo de cometer exageros, que o pensamento de Marx vira os valores e a moral da época de ponta a cabeça, uma revolução epistemológica que aos poucos vai tornando-se um horizonte real para uma sociedade superior ao mundo burguês.

Sob influência dos gregos, poderíamos afirmar que Marx estabelece uma nova relação entre *práxis* e *poiesis*, desta vez, do ponto de vista da classe trabalhadora. Nova relação que só é possível após o seu encontro e envolvimento visceral com o proletariado. Portanto, a elaboração do conceito de *práxis*, como categoria de sua filosofia, “desde as Teses sobre Feuerbach é, por sua vez, um processo histórico e prático” (VÁSQUEZ, 2007).

Não querendo entrar na polêmica em torno da delimitação de quando, ou em que obra, as elaborações de Marx podem ser definidas enquanto uma autêntica filosofia da *práxis*, concordamos com Konder (1992) quando este afirma que desde os Manuscritos Econômicos e Filosóficos de 1844, já podemos observar o desenvolvimento de uma concepção original de *práxis*, pois neste texto, Marx já distingue de forma clara e didática os variados tipos de atividades humanas e não-humanas.

Reafirmando que a *práxis* é a categoria que nos ajuda a compreender as objetivações humanas em sua totalidade, finalizamos este momento com uma passagem da obra *Dialética do Concreto* (1976), que nos parece esclarecer ainda mais o significado desse conceito:

“a *práxis* compreende – além do momento *laborativo* – também o momento *existencial*: ela se manifesta tanto na atividade objetiva do homem, que transforma a natureza e marca com sentido humano os materiais naturais, como na formação da subjetividade humana, na qual os momentos existenciais como angústia, a náusea, o medo, a alegria, o riso, a esperança etc., não se apresentam como ‘experiência’ passiva, mas como parte da luta pelo reconhecimento, isto é, do processo da realização da liberdade humana. Sem o momento existencial o trabalho deixaria de ser parte da *práxis*” (Kosik, 1976: 224).

A práxis político-educativa da Escola Nacional Floestam Fernandes (ENFF)

Em seus vinte e cinco anos de história, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) sempre colocou no centro de sua estratégia uma política sistemática de formação de quadros e militantes. A partir do desenvolvimento de inúmeros cursos e a criação de escolas e centros de formação, o MST tem contribuído decisivamente com o processo de atualização e afirmação da teoria marxista como principal guia para a luta de classes contemporânea. Certamente, a experiência mais avançada nessa direção é a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), inaugurada em 2005.

A Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) pode ser considerada a iniciativa de maior envergadura edificada por um movimento social para viabilizar sua autoformação.

A ENFF é resultado de um acúmulo de experiências que propôs o desafio do aprofundamento de questões políticas, econômicas e sociais referentes às práticas das organizações de trabalhadores do campo e da cidade, comprometidas com a superação das injustiças sociais e a solidariedade entre os povos. Combinando a atividade teórica com a atividade prática, busca enraizar uma consciência crítica que possibilite impulsionar a conquista da autonomia histórica da classe trabalhadora (Carderno da ENFF, 2009).

Nos seus cinco primeiros anos de existência, passaram pela ENFF cerca de 16 mil militantes de movimentos sociais brasileiros e de outros países da América Latina e África. A Escola tem o apoio de mais de 500 professores voluntários de várias universidades e áreas do conhecimento. Além disso, oferece cursos superiores e especializações em convênio com aproximadamente 35 universidades, além de uma articulação com mais de 15 escolas de formação localizadas em outros países e possui ainda uma biblioteca com mais de 40 mil livros, todos adquiridos a partir de doações.

Importante destacar que o processo de autoformação da classe trabalhadora é um elemento central para a concretização de uma práxis social³ e revolucionária⁴. Neste

³ Na medida em que sua atividade toma por objeto não o indivíduo isolado, mas sim grupos ou classes sociais e inclusive a sociedade inteira, pode ser denominada práxis social, ainda em que em um sentido amplo toda prática (inclusive aquela que tem por objeto direto a natureza) se revista de um caráter social, já que o homem só pode a cabo contraindo determinadas relações sociais (...) (Vásquez, 2007: 231).

⁴ A práxis revolucionária se apresenta assim, como constituída de dois processos distintos que são ao mesmo tempo partes da mesma totalidade. Um que diz respeito à formação ampla do homem, que seria o próprio resgate da humanidade negada no capitalismo, e outro que envolve uma quantidade de questões que estão ligadas a organização do proletariado desde os primórdios de sua resistência contra a exploração do capital, até a extinção das classes. Enquanto o primeiro está associado a formação mais geral do homem, ao resgate de suas propriedades genéricas, do homem que se afirma na sua atividade vital e na sociabilidade, associado ao resgate do homem não-alienado; o segundo está em referência ao processo de construção de associações, sindicatos, partidos, enfim, através dos quais os explorados poderão desenvolver um tipo de educação política, uma certa auto-formação em que intelectuais

entendimento, os cursos desenvolvidos pela Escola, possuem como referencial teórico todo o legado da tradição do pensamento socialista de Marx, Engels, Lênin, Trotski, Gramsci, Rosa Luxemburgo, José Carlos Mariátegui, Che Guevara, Rui Mauro Marini, Florestan Fernandes, Caio Prado Júnior, dentre outros. E não poderia ser diferente, pois:

“A teoria de Marx da revolução socialista tornou possível conceber de modo totalmente novo o fundamental problema educativo e superar as alternativas apresentadas pelo pensamento pedagógico burguês [e] apresenta ao trabalho educativo, sob relações de ordem classista, tarefas completamente novas” (SUCHOLDOSKI, 1972: 175 e 179).

Tarefas que exigem uma compreensão profunda, concreta e radical das contradições da sociedade capitalista, sem a qual, não se torna possível uma ação transformadora sobre a realidade.

A partir do sentido de formação e educação exposto acima, pode-se observar, tendo um olhar investigativo sobre o MST, que as suas próprias ações e organicidade também se apresentam enquanto momentos e espaços educativos. O Movimento criou um conceito que sintetiza bem essa afirmação, a *Pedagogia do Movimento*, que se produz desde as experiências educativas dos próprios movimentos sociais, em especial dos movimentos sociais do campo. “Trata-se de pensar e olhar o movimento social como sujeito pedagógico e a luta enquanto princípio educativo, pondo em movimento a própria pedagogia, mobilizando e incorporando em sua dinâmica (organicidade) diversas e combinadas matrizes pedagógicas” (CALDART, 2004).

Outro grande desafio da ENFF consiste em recuperar o legado da tradição do pensamento pedagógico socialista, pois percebe-se, sem maiores esforços, o seu quase que completo esquecimento por parte dos cursos de pedagogia, ou mesmo das pós-graduações em educação nas universidades brasileiras.

Antonio Gramsci, Anton Makarenko e Moisey M. Pistrak são três, dentre os inúmeros pensadores socialistas, que contribuíram para se forjar uma educação comprometida com os interesses das classes subalternas e o conjunto de conceitos e proposições elaboradas por eles, constiuem-se como elementos centrais na proposta político-pedagógica da ENFF.

De Makarenko, apreende-se a perspectiva do potencial educativo do coletivo, já que “numa coletividade bem organizada, todo o processo educativo é realizado sem esforços especiais, como uma assimilação incessante de impressões, comportamentos e

revolucionários e trabalhadores em geral se autoeducam politicamente para a revolução (Souza, 1994: 8).

relações sutis e diversificadas” (MAKARENKO, 2002).

Das contribuições de Antônio Gramsci, destaca-se a necessidade da formação dos intelectuais orgânicos da própria classe trabalhadora, os principais organizadores e sistematizadores da cultura, tarefa central na construção de uma nova hegemonia. Estes [os intelectuais orgânicos de novo tipo] devem “imiscuir-se ativamente na vida prática, como construtor, organizador, persuasor permanente” (GRAMSCI, 2006).

Já Pistrak contribui de forma decisiva com o debate (muito polêmico por sinal) sobre a relação entre educação e trabalho. Segundo o autor:

“Nossa escola deve liquidar esta separação [entre educação e trabalho]. O trabalho é um elemento integrante da relação da escola com a realidade atual, a este nível há fusão completa entre ensino e educação. Não se trata de estabelecer uma relação mecânica entre o trabalho e a ciência, mas de torná-los duas partes orgânicas da vida escolar, isto é, da vida social das crianças” (Pistrak, 2006: 50).

Mesmo refletindo a partir de uma realidade em transição, no calor da Rússia pós-revolucionária, sua proposição, a de superar a dicotomia criada entre teoria e prática, ou se quisermos, do trabalho manual e intelectual, nos parece bastante fecunda aos dias atuais.

Para fundamentar nossos argumentos, sintetizamos o caráter e a natureza da formação da ENFF a partir de uma publicação da própria Escola, intitulada *A política de formação de quadros* (2007)⁵. Vejamos então, os elementos que norteiam o seu processo formativo: 1. Não pode ser dogmático e nem espontaneísta, deve ser preparado e implementado de forma dialética, articulando os diferentes saberes e níveis, com princípios e valores que colaboram na construção do projeto político com objetivos estratégicos; 2. Deve articular a experiência pessoal com a experiência da classe trabalhadora. A parte deve estar relacionada ao todo, o cotidiano articulado com os grandes horizontes; 3. Sem prática política e organizativa ninguém se desenvolve politicamente, os quadros surgem dos movimentos e da luta política; 4. Os métodos de formação devem ser criativos. Deve ser uma práxis prazerosa e inovadora; 5. A mística deve perpassar todo o processo formativo, a partir do cultivo dos símbolos, mártires, valores, etc.; 6. As atividades precisam levar em consideração os aspectos da razão e da emoção; 7. Deve-se vivenciar cotidianamente os valores humanistas e socialistas e 8.

⁵ Essa publicação faz parte de uma coleção intitulada *Cadernos de Estudos ENFF*. Já foram lançados vários cadernos, dentre os quais: 1. A política de formação de quadros; 2. Literatura e formação da consciência; 3. O legado de Che Guevara e 4. O legado de Florestan Fernandes, todos produzidos pelo coletivo pedagógico da Escola.

Priorizar a formação com a juventude.

Como se pode observar, a formação proposta pela ENFF, não se realiza a partir de um repasse burocrático de conteúdos e disciplinas, longe disso, tem-se a clareza que os momentos dos cursos na Escola é apenas mais um espaço do processo permanente de formação, que tem como ponto de partida a *prática revolucionária*⁶.

Considerações Finais

Procuramos em um primeiro momento, apresentar de forma didática, o rico debate em torno da centralidade da *práxis* para a compreensão da teoria marxista. Percebemos ainda, que a leitura restrita da categoria investigada, tem ocasionado problemas dos mais diversos, sendo um deles, o não reconhecimento da *práxis* enquanto um conceito importante nos estudos marxistas na área da educação, que tem direcionado quase que religiosamente toda sua atenção a categoria trabalho.

Assim, nos aliamos àqueles que identificam a existência de uma verdadeira *filosofia da práxis* no pensamento de autores como Gramsci, em que:

“mais do que uma atividade de indivíduos orientados a modificar e integrar-se natural e cientificamente no próprio ambiente, a filosofia da *práxis* é a atividade histórico-política dos subalternos que tomam consciência de sua subjugação, enfrentam as contradições existentes na sociedade e se organizam para construir uma concepção alternativa de mundo entrelaçando dialeticamente ação e reflexão, política e filosofia” (Semeraro, 2009: 144).

Ao mesmo tempo em que reconhecemos a necessidade em se superar a perspectiva restrita de formação, temos a certeza que o homem inteiro, omnilateral⁷ não será uma realidade na sociedade regida sob a lógica capitalista. O que não impede o desenvolvimento de processos educativos e atividades pedagógicas específicas que

⁶ A defesa da prática revolucionária como o ponto de partida para o desenvolvimento de um processo formativo orientado pela teoria marxista é encontrada em Suchodolski (1976): “[Marx] Afirma que o homem não se forma nem exclusivamente sob a influência das circunstâncias ambientais, nem exclusivamente sob a influência do desenvolvimento da sua consciência nem, finalmente, pela influência de determinada combinação destes dois componentes. Indica também que o factor decisivo que configura os homens é a sua própria actividade social. Graças a essa actividade, configura-se tanto o ambiente como a consciência e este facto só pode ser compreendido como *prática revolucionária*. A consideração do problema do ensino partindo da *prática revolucionária* torna possível refutar todo o conformismo da pedagogia burguesa e também das tendências utópicas que tentam opor-se-lhe” (p. 175-176). (grifo nosso)

⁷ Como definição de omnilateralidade: “um desenvolvimento total, completo, multilateral, em todos os sentidos, das faculdades e das forças produtivas, das necessidades e da capacidade da sua satisfação” (Manacorda, 2007: 87).

contribuam para esse desafio. Mas, para isso, tais processos e atividades, devem estar vinculadas dialeticamente com o processo de organização e luta da classe trabalhadora, pois como vimos ao longo do artigo, o repasse do conhecimento sistematizado é apenas um, dentre os vários momentos da formação do homem.

Nesse entendimento, parece que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) entendeu corretamente as preocupações de Marx e Gramsci sobre a necessidade da autoformação dos trabalhadores para qualificação da luta revolucionária, sendo a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), um exemplo concreto nessa direção.

No atual contexto, a afirmação de um centro capaz de formar os intelectuais dos movimentos sociais é, desde o presente, um salto qualitativo para as lutas no país. Neste sentido, os movimentos populares e organizações políticas, devem interagir estrategicamente com a Escola para consolidá-la como um pólo dinâmico e criativo do pensamento revolucionário brasileiro e latino-americano. Igualmente, os setores engajados no fortalecimento do pensamento crítico nas universidades devem assumir a ENFF como uma tarefa política e de mão dupla⁸.

Os estudos e avanços das práticas político-pedagógicas desenvolvidas na Escola Nacional Florestan Fernandes devem ser acompanhados por um processo permanente de aprofundamento e contextualização dos fundamentos que orientam a formação do homem novo. Ao mesmo tempo, deve-se forjar uma práxis transformadora e uma realação contínua e dialética entre a atividade educativa e o engajamento dos sujeitos sociais na luta pela construção de uma hegemonia para além do capital.

⁸ Para a tarefa de aproximar de forma mais orgânica os intelectuais brasileiros da ENFF, foi criada em 2009, a Associação dos Amigos da Escola Nacional Florestan Fernandes. Mais informações: www.amigosdaenff.org.br.

Referências Bibliográficas

DUARTE, Newton. A filosofia da práxis em Gramsci e Vigotski. In: MENDONÇA, Sulei Guadalupe de Lima; DA SILVA, Vandei Pinto; MILLER, Stela (orgs). *Marx, Gramsci e Vigotski: aproximações*. Araraquara: Junqueira&Marin; Marília: Cultura Acadêmica, 2009.

GADOTI, Gadoti. *Pedagogia da práxis*. São Paulo: Cortez, 1998.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho; co-edição de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. Volume 2.

LEUDEMANN, Cecília da Sileira. *Anton Makarenko vida e obra – a pedagogia na revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2002.

KONDER, L. *O futuro da filosofia da práxis: o pensamento de Marx no século XXI*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

KOSIK. K. *Dialética do concreto*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

MAKARENKO, Anton. *Poema pedagógico*. São Paulo: Ed. 34, 2005 (Volume único)

MARX, Karl. *Trabalho produtivo e trabalho improdutivo*. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). *A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. *Economia política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. *Fundamentos da escola do trabalho*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SOUSA Jr. Justino de. *Para um conceito marxiano de educação*. In: Trabalho & Educação – revista do NETE, ago/dez, 1997, n. 2, p.137-54.

_____. *Politecnicidade e unilateralidade em Marx*. In: Trabalho & Educação – revista do NETE, jan/jul, 1999, n. 5, p. 98-114.

SEMERARO, Geovani. A práxis de Gramsci e a experiência de Dewey. In: MENDONÇA, Sulei Guadalupe de Lima; DA SILVA, Vandei Pinto; MILLER, Stela (orgs). *Marx, Gramsci e Vigotski: aproximações*. Araraquara: Junqueira&Marin; Marília: Cultura Acadêmica, 2009.

SUCHODOLSKI, B. *Teoria Marxista da Educação*. Lisboa, Editorial Estampa, 1976.

VÁZQUEZ, A. S. *Filosofia da práxis*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales – CLACSO; São Paulo: Expressão Popular, 2007.

Cadernos de estudos ENFF: a política de formação de quadros, 2007.